



Ata da 2ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim-ES, referente ao 2º Período da 1ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura, realizada no dia 10 de agosto de 2021.

Aos dez dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um, **sob a Presidência do Vereador Brás Zagotto**, realizou-se, com início às quatorze horas e vinte e cinco minutos, a Segunda Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim–Espírito Santo, referente ao Segundo Período da Primeira Sessão Legislativa da Nona Legislatura. Conforme o registro de chamada, foi constatada a ausência do Vereador Arildo Tomaz Bucker. / Na abertura dos trabalhos, o Edil Ely Escarpini fez a leitura da passagem bíblica. / A seguir, o secretário procedeu a leitura do **Expediente da Mesa**, que se constou do seguinte: **Projetos de Lei:** 67/2021 – Allan Albert Lourenço Ferreira; 68/2021 – Paulo Sérgio de Almeida; 69/2021 – Poder Executivo. **Indicações:** 4193, 4196, 4198, 4199, 4201, 4202, 4204, 4205, 4209, 4211, 4214, 4217 e 4219/2021 – Adriano Pereira Verediano; 4119, 4121, 4122, 4124, 4125, 4126, 4127, 4128, 4129, 4130, 4133, 4243 e 4244/2021 – Alexandre Andreza Macedo; 4189, 4190, 4191 e 4192/2021 – Alexandre Valdo Maitan; 4132/2021 – Allan Albert Lourenço Ferreira; 4145 e 4147/2021 – Arildo Tomaz Bucker; 4179, 4182 e 4184/2021 – Brás Zagotto; 4163, 4164 e 4165/2021 – Delandi Pereira Macedo; 4120/2021 – Diogo Pereira Lube, Alexandre Andreza Macedo, Allan Albert Lourenço Ferreira, Evandro Miranda, Paulo Sérgio de Almeida e Sandro Dellabella Ferreira; 4245, 4246, 4247, 4248, 4249 e 4250/2021 – Diogo Pereira Lube; 4177, 4178 e 4228/2021 – Ely Escarpini; 4104, 4118, 4143, 4144, 4149, 4150, 4151, 4152, 4153, 4166, 4188, 4229, 4230, 4231, 4232, 4233, 4234, 4235, 4237, 4238, 4239, 4240, 4241 e 4242/2021 – Evandro Miranda; 4194, 4195, 4197, 4200, 4203, 4206, 4207, 4208, 4210, 4212, 4213, 4215, 4216, 4218, 4220 e 4225/2021 – Leonardo Cleiton Camargo; 4123, 4131, 4148, 4167, 4168, 4169, 4170, 4171, 4172, 4173, 4174, 4175, 4176, 4183, 4185, 4221, 4222, 4223, 4224, 4301 e 4302/2021 – Marcelo Fávero de Oliveira; 4108, 4109, 4110, 4111, 4112, 4113, 4114, 4115, 4116, 4117, 4160, 4161, 4162, 4180 e 4236/2021 – Osmar Francisco; 4134, 4135, 4136, 4137, 4140, 4154, 4155, 4156, 4157, 4158 e 4159/2021 – Paulo Sérgio de Almeida; 4138, 4139, 4226 e 4227/2021 – Sandro Dellabella Ferreira; 4105, 4106, 4107, 4141, 4142, 4146, 4186 e 4187/2021 – Sebastião Ary Corrêa. **Requerimentos:** *Pedido de Informação:* 119/2021 – Sebastião Ary Corrêa; *Votos de Congratulação:* 269/2021 – Alexandre Valdo Maitan; 225/2021 – Allan Albert Lourenço Ferreira; 237, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247 e 248/2021 – Delandi Pereira Macedo; 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 238, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267 e 268/2021 – Osmar Francisco; 226 e 249/2021 – Paulo Sérgio de Almeida; *Votos de Pesar:* 106, 107 e 108/2021 – Leonardo Cleiton Camargo; 109/2021 – Leonardo Pinheiro Dutra. **Projetos de Decreto Legislativo:** 194/2021 – Alexandre Valdo Maitan; 191, 192 e 193/2021 – Allan Albert Lourenço Ferreira. / Logo após, passou-se ao **Pequeno Expediente**, quando usaram a tribuna os seguintes Edis: / **Alexandre Valdo Maitan:** — Dando sequência ao “Agosto Lilás”, solicita ao presidente que o seu tempo seja cedido ao Dr. Adílio. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Acata o pedido do vereador e passa a palavra ao Dr. Adílio, Presidente da Subseção da OAB de Cachoeiro de Itapemirim, que vai falar sobre a violência contra a mulher e os quinze anos da Lei Maria da Penha. / **Adílio Domingos dos Santos Neto:** — Cumprimenta a todos e diz que, no Brasil, a cada sete horas é registrado um caso de feminicídio e

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



a cada dois segundos uma mulher é agredida, sendo que em quase 80% deles os agressores são companheiros ou ex-companheiros das vítimas. Informa ainda que, de janeiro a junho de 2021, cinquenta e sete mulheres foram assassinadas só no Estado do Espírito Santo, e, na maioria dos casos, os crimes foram cometidos por maridos, companheiros, namorados ou alguém próximo à vítima. Explica que o feminicídio é o homicídio praticado contra a mulher pelo fato de ela ser mulher ou de violência doméstica. Esclarece que nem todo homicídio praticado contra a mulher é considerado feminicídio pelo direito, como, por exemplo, um assassinato decorrente de um roubo seguido de morte. Cita que, no último sábado, dia 07/08, a Lei 11.340/2006, também conhecida como Lei Maria da Penha, completou quinze anos. / Na sequência, o Vereador Alexandre Valdo Maitan fez a entrega da Homenagem Especial ao Dr. Adílio Domingos dos Santos Neto e, em seguida, foi registrada uma fotografia oficial do convidado com todos os vereadores. / **Sebastião Ary Corrêa:** — Registra que o contrato diz que não pode haver demarcação de vagas de estacionamento rotativo próximo a hospitais, clínicas e locais de emergência e urgência. Lembra que, desde janeiro, vem lutando para que o rotativo não seja cobrado das pessoas que fazem hemodiálise na Santa Casa. Solicita ao presidente que faça um documento, informando ao secretário responsável pelo rotativo que uma lei municipal está sendo infringida, já que o estacionamento não pode ser cobrado perto dos hospitais. Comenta que fez um pedido de informação para saber onde está sendo aplicado o dinheiro do Fundo Municipal de Saúde e diz que o valor arrecadado com o rotativo pode não estar sendo repassado para o referido fundo. Com relação às câmeras colocadas em Cachoeiro, informa que fez indicação pedindo que elas não multem após às 22:00 horas. / **Adriano Pereira Verediano:** — Conta que não vai se deixar abalar por falácias e que continuará firme em sua caminhada. Lembra que, em 01/01, no dia da posse, disse que estava na Câmara para somar com o Executivo e com quem olhasse em favor das comunidades. / **Paulo Sérgio de Almeida:** — Ressalta que o ex-caminhoneiro Vítório Buzato, do Bairro IBC, fez algumas sugestões para que possa ser melhorada a situação da serra de Soturno, como uma nova sinalização, a exposição de caminhões e carros acidentados e placas com frases de efeito, como “Seu filho o espera em casa” ou “Cuidado com a vida”, para chamar a atenção dos motoristas. Salienta que o grande problema daquela serra é o fato de os motoristas não conhecerem a estrada. / **Aparteando Brás Zagotto (Presidente):** — Comenta que, muitas vezes, os carros que sofrem acidentes acabam atingindo as casas que ficam ao longo daquela estrada. / **Aparteando Leonardo Pinheiro Dutra:** — Parabeniza o Vereador Paulinho Careca pela fala. / **Paulo Sérgio de Almeida:** — Agradece aos vereadores pelos apartes. / **Osmar Francisco:** — Informa que conseguiu junto ao Deputado Hudson Leal uma emenda, no valor de 40 mil reais, para a Santa Casa. Acrescenta que o Hospital Infantil e a APAE também vão receber emendas. Parabeniza a todos os advogados, pois, amanhã, 11/08, será comemorado o dia desse profissional. Registra que fará um requerimento ao presidente, solicitando que seja fornecido pão aos servidores da Câmara, como ocorria na época dos ex-presidentes Juarez Tavares Mata e Marcos Coelho. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Comunica que vai averiguar junto ao jurídico se o fornecimento de pão aos servidores é legal; se for, a Casa vai estudar o assunto. / **Leonardo Pinheiro Dutra:** — Relata que todos os vereadores estiveram presentes na reunião que ocorreu na serra de Soturno e assinaram um documento, solicitando melhorias naquela estrada, o qual foi entregue ao Governo do Estado. Classifica o governador e o diretor do DER como irresponsáveis, pois, até hoje, não há um projeto para aquela serra. Comenta que ele e o colega Paulo Grola, acompanhados do ex-vereador Carlinhos Miranda, estiveram em Vitória, inclusive diz que ficou indignado com o projeto apresentado pelo Sr. Maretto para transformar a curva da morte em uma reta. Conta que, na quarta-feira, um caminhão sem freio se envolveu em um acidente com três carros que reduziram a velocidade no radar, o que provocou a morte de uma pessoa. Então, frisa que é preciso dar uma



solução para o problema daquela estrada. Registra que, ontem, foi feita uma reunião com o Fábio, responsável pelo DER de Cachoeiro, quando solicitou a colocação de placas mais impactantes naquela serra. Menciona que os prefeitos de Cachoeiro e de Vargem Alta são do PSB, mesmo partido do governador, e, assim como os vereadores, já pediram ao Governo do Estado uma solução para o problema da serra de Soturno. Salienta que, se uma vida for salva naquela estrada, vai valer o gasto para ser feito um desvio pela localidade de Santana, o que lhe parece mais viável. Ressalta que muitos motoristas preferem passar por estradas de terra do que pelo asfalto, devido ao risco de acidentes. / **Paulo Grola:** — Comenta que não conseguiu nada no DER com vistas a melhorar a serra de Soturno, inclusive lembra que o diretor desse órgão lhe disse que não podia colocar quebra-molas nem radar naquela estrada e que não havia dinheiro para fazer o desvio. Conta que já morreram cento e três pessoas naquela estrada. Diz que gostaria que todos os vereadores fossem conversar com o governador para lhe pedir uma solução para o problema da serra de Soturno. / **Aparteando Osmar Francisco:** — Coloca-se à disposição do colega Paulo Grola para ajudar nessa questão. / **Paulo Grola:** — Recorda do acidente em que um caminhão passou por cima de um carro e provocou a morte de quatro pessoas. Então, salienta que é preciso resolver o problema da serra de Soturno. / **Aparteando Brás Zagotto (Presidente):** — Comenta que acompanhou o Vereador Paulo Grola na agenda com o diretor do DER, o qual disse que para fazer uma caixa de brita seriam necessárias quatro pistas, duas subindo e duas descendo, e um aterro de oitenta metros de altura. Acrescenta que o diretor do DER ainda mencionou que nenhum engenheiro ia assinar um projeto para fazer caixa de brita na curva da morte de Soturno. / **Paulo Grola:** — Ressalta que o prefeito de Vargem Alta disse que faria a terraplanagem até a divisa do Município de Cachoeiro de Itapemirim. / **Aparteando Brás Zagotto (Presidente):** — Sugere que os Vereadores Paulo Grola e Léo Cabeça e a comunidade fechem aquela serra até que a situação seja resolvida. / **Paulo Grola:** — Avisa que é isso o que vão fazer. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Fala da luta dos vereadores de Soturno para tentarem revolver o problema daquela serra, mas falta vontade política do governo. Lembra que criticou a colocação de radares naquela estrada, porque esses equipamentos não vão parar um carro sem freio. Diz que é preciso prestar atenção em quem representa o povo em níveis federal e estadual, procurando saber se eles estão imbuídos na solução desse gargalo, entre tantos outros existentes. Inclusive sugere que as pessoas busquem informação sobre os seus representantes, pois, a seu ver, não é possível que os deputados não consigam emendas para resolver o problema da serra de Soturno. Recorda que, no começo do mandato, ele e os Vereadores Paulo Grola e Léo conversaram com o pessoal do Governo do Estado, mas até hoje nenhuma providência foi tomada com relação àquela serra. Comenta que muitos atores da bancada federal das Regiões Norte e Central do Estado aparecem no Sul para pedir votos e, depois, não dão nenhum apoio ao povo. Frisa que o Sul do Estado deve ter representatividade própria para buscar geração de emprego, de renda, de saúde e de infraestrutura para a região. / **Marcelo Fávero de Oliveira:** — Registra que visitou o Bairro Caiçara para verificar algumas demandas que lhe foram passadas pelos moradores de lá. Então, solicita às secretarias responsáveis que finalizem a obra da quadra de esporte daquele bairro. Ressalta que também visitou o Bairro Agostinho Simonato e constatou que há diversas demandas gritantes naquela comunidade, como a estrutura abandonada onde seria uma creche ou uma unidade de saúde e muitas ruas sem pavimentação. Assim, pede à Prefeitura que faça um investimento naquela comunidade. Conta que, no Bairro Gilson Carone, a Prefeitura retomou a obra de pavimentação de várias ruas, mas lamenta que algumas vias não sejam contempladas agora. Diante disso, solicita à Prefeitura que faça pelo menos o patrolamento e o ensaibramento daquelas ruas, que estão muito ruins. Informa que ele e o Vereador Vandinho, acompanhados do Secretário Paulo Miranda, estiveram em São Joaquim e observaram que diversas vias, incluindo a principal, precisam de melhorias. Inclusive diz que



existe um projeto do Poder Executivo para que seja utilizado revsol nas ruas daquele distrito. Comenta que a comunidade de São Joaquim espera que a Secretaria de Esporte instale os equipamentos da academia e melhore a praça. Agradece ao Secretário Vander e ao Subsecretário Joãozinho pela instalação de quatro caixas coletoras de lixo nos Bairros Coramara e BNH, em atendimento a uma indicação sua. / Prosseguindo, teve início o **Grande Expediente**, ocasião em que ocuparam a tribuna, por ordem de inscrição, os seguintes Edis: / **Diogo Pereira Lube:** — Comunica que visitou o Bairro Boa Esperança, onde observou a necessidade de pavimentação de ruas, colocação de lombadas e limpeza. Diz que verificou também naquele local um problema recorrente em outros bairros do Município, que são os terrenos particulares abandonados. Diante disso, informa que fará uma indicação para que o Poder Executivo realize a limpeza desses terrenos e cobre dos proprietários o valor do serviço. / **Aparteando Delandi Pereira Macedo:** — Salienta que a ideia do Vereador Diogo é interessante e acrescenta que poderia ser aplicada multa progressiva a ponto de o Município absorver determinado terreno, a partir do momento em que o proprietário não ressarcir a Prefeitura pelo serviço de limpeza. / **Diogo Pereira Lube:** — Ressalta que o Município já aplica multas, mas não tem o poder de fazer a limpeza de terrenos particulares. Convida o Vereador Delandi para fazerem juntos essa indicação ao Executivo. Como professor, registra que o Dia do Estudante é comemorado em 11/08 e o Dia da Juventude em 12/08. Destaca que todos os estudantes estão passando por sérias dificuldades nesta pandemia para se adaptarem ao modelo de estudo emergencial e, por isso, sofrem com problemas de depressão e outros. Inclui cobra da Prefeitura que coloque em funcionamento a lei federal que obriga a disponibilização de psicólogos e assistentes sociais nas escolas do Município para atenderem estudantes, professores e pessoas envolvidas com a educação. Anuncia que a Escola do Legislativo vai elaborar um curso básico de ciência política, com a duração de seis meses, para a população cachoeirense, a fim de evitar que ela acredite em falácias de alguns que se dizem formadores de opinião, mas se aproveitam das situações para colocar na cabeça das pessoas coisas que não correspondem à verdade, como, por exemplo, sobre o funcionamento da Câmara e os papéis do Poder Executivo, do vereador e do Supremo Tribunal Federal. Comenta que muitas pessoas têm se manifestado nas ruas pelo fechamento do STF, o que é inconstitucional. Analisa que o Supremo está trabalhando muito, porque os Poderes Legislativo e Executivo têm falhado. Fala do debate que está ocorrendo a respeito do voto impresso e pergunta qual é a legalidade de reverter isso. Indaga se isso será apenas uma cortina de fumaça para enganar a população para que ela deixe de lutar por aquilo que faz parte do seu dia a dia e de entender a constitucionalidade das coisas. Destaca que aqueles que usam a ilegalidade para enganar a população são corruptos. Chama a atenção de todos no sentido de que o coronelismo do voto não acabou, continua ocorrendo nos bairros e nas redes sociais. Esclarece que a política é feita no dia a dia, no diálogo com os pais, maridos, esposas e outras pessoas para buscar resolver os problemas da sociedade de forma legal. Comenta que está cansado de ver pessoas que representam a juventude usando o velho discurso político e querendo jogar para a galera. / **Delandi Pereira Macedo:** — Reflete que o debate democrático é aquele que cada um defende a sua tese, mas prevalece o interesse da maioria. Salienta que os vereadores foram eleitos para defender os interesses do povo. Informa que o Estado cedeu à Prefeitura de Cachoeiro uma parte da Fazenda Monte Líbano, a qual está sendo utilizada como depósito de revsol, mas que o prefeito poderá fazer o aproveitamento daquela área para outras finalidades. Diz que a Prefeitura não pode fazer investimentos na Fazenda Monte Líbano e que a BRK e a Escelsa também não podem levar água e energia para as pessoas que moram lá, porque aquela é uma área de invasão. Pede ao Estado e ao Município que trabalhem uma forma para dar o direito de posse daquela área aos moradores já estabelecidos lá e impeçam outras invasões, além de facilitarem a instalação de empresas na região, através de incentivos fiscais.

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



Lembra que, em 2019, foram apresentadas ao Governador Renato Casagrande propostas de investimentos estruturantes para a Região Sul do Estado e diz que já passou da hora desse projeto ser colocado em prática. Informa que recebeu o convite para a assinatura da ordem de serviço de recapeamento de várias ruas do Município. Inclusive conta que a expectativa era que esse serviço fosse feito por 16 milhões de reais, mas a empresa que ganhou a licitação o fará por 11 milhões de reais. / **Aparteando Brás Zagotto (Presidente):** — Salienta que resta saber se a empresa realmente fará o serviço. / **Delandi Pereira Macedo:** — Diz esperar que esse investimento seja feito no Município. / **Leonardo Cleiton Camargo:** — Fala sobre as tragédias que estão ocorrendo na serra de Soturno, que liga os Municípios de Cachoeiro e Vargem Alta, e destaca a luta de todos os vereadores para que o problema daquela estrada seja resolvido. Menciona que foram sugeridos o contorno da pista e a colocação de uma caixa de brita para resolver o problema, mas, a seu ver, parece que o DER e o Governo do Estado não têm interesse nenhum em fazer essas obras e preferem utilizar como desculpa a falta de dinheiro. Frisa que não acredita nisso, já que são dados milhões de reais para a imprensa. Avalia que o Governador Renato Casagrande tentará a reeleição, mas, se o problema daquela serra não for resolvido, espera que o povo não vote nesse candidato. Registra que esteve com o Manato, que é pré-candidato ao Governo do Estado, e lhe disse que fica chateado porque, passadas as eleições, os eleitos não se lembram mais dos vereadores. / **Aparteando Leonardo Pinheiro Dutra:** — Avalia que, na maioria das vezes, o motorista que trafega na serra de Soturno é imprudente, mas diz que não pode ficar de braços cruzados enquanto continuam ocorrendo acidentes lá. Frisa que o Governo do Estado precisa solucionar o problema daquela estrada, pois, em sua opinião, está faltando interesse político para isso. Ressalta que não adianta dizer que a responsabilidade dos acidentes é apenas dos motoristas, já que há casos em que os condutores não são da região e, portanto, não sabem do perigo. / **Aparteando Sebastião Ary Corrêa:** — Comenta que o governador libera verbas de até 40 milhões de reais para obras que não são de extrema necessidade, enquanto há lugares onde ocorrem acidentes toda semana, inclusive com carros caindo no rio. Diz que o Governador Renato Casagrande trata o povo com descaso. Salienta que a população deveria eleger candidatos que se preocupam com ela e lembra que o problema da serra de Soturno é antigo. Menciona que não falta dinheiro para o governo, basta ver que são feitos jantares e servidas lagostas, sem contar que foram utilizados 6 milhões de reais para propagandas. Lamenta que o governo não faça as melhorias necessárias na curva do caixão e na serra de Soturno. / **Leonardo Cleiton Camargo:** — Fala sobre a ponte da comunidade de Monte Líbano, que está pendendo para o lado e colocando em risco carros e caminhões que param sobre ela quando o semáforo fecha. Deixa claro que não está fazendo campanha contra o governador. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Comenta que a maioria dos vereadores falou sobre a curva da morte, cujo problema é antigo. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Registra que o Deputado Manato pediu desculpas por não estar presente na sessão, já que, por conta de compromissos, teve que adiantar outras reuniões. Salienta que não é possível pensar em governo e em melhorias para a população sem diálogo com as bases, o que é feito pelos vereadores. Analisa que, muitas vezes, as pessoas que ocupam cargos no Executivo não entendem que são os vereadores que estão diretamente em contato com a sociedade. Menciona que nenhum prefeito, governador ou presidente se elege sem o apoio do vereador, do deputado e do senador. Ressalta que os vereadores estão vendo o clamor popular no que diz respeito ao IPTU, pois foram os primeiros a serem procurados pela população quando surgiu esse problema em Cachoeiro. Então, diz que foi sugerida a abertura de uma CEI e também foi formada uma comissão para investigar a empresa que fez o recadastramento no Município. Informa que o projeto enviado à Câmara pelo Executivo, o qual concedia 80% de desconto no IPTU, e os vereadores passaram para 90%, só terá efeito este ano. Assim, diz-se receoso por observar que alguns vereadores não se fazem presentes



no plenário e pergunta se eles vão voltar para a votação. / **Aparteando Brás Zagotto (Presidente):** — Responde que os vereadores ausentes estão tomando café, mas ouvem o discurso do colega. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Salienta que fica receoso, porque sabe como funcionam as articulações políticas. Frisa que não está falando mal das articulações, que é natural na política, mas questiona se elas estão sendo feitas em prol do povo, que está desesperado sem saber como pagar o IPTU. Analisa que o desconto deste ano veio como uma ajuda, mas indaga como as pessoas vão pagar o IPTU em 2022. Chama a atenção para as crises sanitária e econômica, que diminuam o poder de compra das pessoas. Cita que o gás de cozinha está custando 115 reais, mas que o Governo Federal zerou os impostos federais, e o produto sai da refinaria por 30 reais. Menciona que o lucro dos Estados e das empresas que detêm o monopólio só aumenta, enquanto que o poder de compra do pobre é reduzido a cada dia. Pergunta se os vereadores vão se omitir com relação ao desconto do IPTU e lembra que as emendas foram bem discutidas antes da votação. Enfatiza que o papel dos vereadores é propor ou emendar as leis de iniciativa do Poder Executivo e também lutar pelos anseios da população. Deixa claro que o povo não precisa só de migalhas para 2021, mas também de garantias para os próximos anos. Salienta que a luta dos vereadores não vai cessar enquanto não for dado um fim definitivo a essa questão. Ressalta que os vereadores devem mostrar que estão na Câmara para fazer uma política voltada para o povo e para as bases. Antecipa que votará pela derrubada do veto e diz ter esperança de que o aumento do IPTU será revogado. Frisa que, se essa revogação não for possível, que seja pelo menos garantido que as emendas da Câmara vão prevalecer e coroar a luta da população cachoeirense. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Registra que um cidadão lhe informou que o SAMU demorou quarenta e cinco minutos para chegar ao centro da cidade e prestar atendimento a uma pessoa que infartou. Explica que essa demora ocorreu porque é preciso ligar para Vitória para que a ambulância seja liberada. Pergunta por que essa centralização, já que o atendimento precisa acontecer de forma mais rápida. Comenta que Cachoeiro é conhecido como a capital secreta do mundo, mas é tratado como cidade pequena, pois não conta com o 190. Salienta que o Sul do Estado deveria ter uma central desse serviço. Afirma que poucos representantes em nível federal lutam pelo Sul do Espírito Santo e que é necessário buscar uma forma de resolver os gargalos da região. / **Aparteando Paulo Grola:** — Diz que, quando há alguma situação em Soturno, o SAMU chega rapidamente, inclusive conta que no último acidente ocorrido na curva da morte havia cerca de dez ambulâncias no local. Frisa que o trabalho prestado pelo SAMU é bom, mas que o problema é a ligação para o 190, que acaba caindo em Vitória. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Deixa claro que não está questionando a atuação do SAMU, pois reconhece que ele desafogou o trabalho do pessoal do Corpo de Bombeiros, que não estava dando conta, porque o seu quadro de servidores está bastante reduzido. Lembra que, em 2018, viu uma reportagem informando que o 190 voltaria para Cachoeiro, mas até hoje isso não ocorreu. / **Aparteando Paulo Sérgio de Almeida:** — Comenta que, há quinze dias, um senhor passou mal na Secretaria de Fazenda, com suspeita de infarto. Registra que ligaram para o SAMU e, depois de trinta minutos de espera, uma pessoa que estava na secretaria acabou levando o senhor para o hospital. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Fala sobre a diferença que a SUDENE causa entre o Norte e o Sul do Estado. Explica que a SUDENE oferece muitos incentivos para as empresas instaladas no Norte do Estado, o que faz com que outras também queiram se deslocar para aquela região. Informa que, de onze empresas grandes que se instalaram no Espírito Santo, nove foram para o Norte, duas para a Serra e uma, que a é Suzano, para Cachoeiro. Frisa que os incentivos oferecidos pela SUDENE, como redução de imposto para pessoa jurídica, desconto de ICMS, dentre outros, impossibilitam a competição entre o Sul e o Norte do Estado. / **Paulo Grola:** — Conta que o Secretário Vander e o Subsecretário Joãozinho avisaram que a Empresa Corpus vai realizar a limpeza, a poda de árvores e colocar revsol nas



estradas de Soturno, inclusive diz que o serviço já foi iniciado. Então, parabeniza a Empresa Corpus pelo bom trabalho que está fazendo no distrito. Ressalta que seria interessante privatizar os serviços da Prefeitura, pois, assim, tudo seria feito com mais qualidade. / **Aparteando Brás Zagotto (Presidente):** — Pergunta quantos quilômetros de estrada já foram feitos com revsol em Soturno. / **Paulo Grola:** — Responde que há para serem feitos cinco quilômetros. Salienta que ainda não foi aplicado o revsol na comunidade de Pantanal, porque ocorreram problemas com a passagem de gado e com os canos de água. Registra que conversou com o pessoal da BRK para que os canos de água passassem por cima, pois a estrada é muito baixa e há o risco de o gado quebrá-los. / **Aparteando Brás Zagotto (Presidente):** — Diz que fez essa pergunta, porque o Secretário Paulo Miranda lhe informou que, assim que terminar o serviço em Soturno, colocará revsol em algumas ruas do Bairro Vila Rica. / **Paulo Grola:** — Comenta que o secretário lhe pediu que desse uma olhada no local, pois quer fazer o cemitério acima de onde está sendo colocado revsol. / **Aparteando Paulo Sérgio de Almeida:** — Diz-se satisfeito com o serviço iniciado em Soturno; porém, lembra que, no início do ano, ele e os representantes das comunidades de Bebedouro e de Córrego dos Monos foram até a Prefeitura, ocasião em que o prefeito e o Secretário Paulo Miranda prometeram que, assim que fosse terminado o serviço na Tijuca e em Gironda, seriam feitas as estradas daqueles dois distritos. Enfatiza que está difícil acreditar nessa promessa do prefeito e do secretário. / **Aparteando Brás Zagotto (Presidente):** — Diz que, a pedido do Vereador Vandinho, vão fazer também ao Alto Espirote. / **Paulo Grola:** — Avisa que não vai deixar as máquinas saírem de Soturno até que o serviço seja finalizado. / **Aparteando José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Menciona que a Prefeitura deveria respeitar o cronograma existente para atender a todas as comunidades. / **Paulo Grola:** — Informa que o asfalto de Soturno foi prometido desde o primeiro mandato do Prefeito Victor Coelho, mas o serviço não foi realizado, e, agora, será feito com revsol. Diz que vai lembrar o Secretário Paulo Miranda do serviço nas comunidades citadas pelo Vereador Paulinho Careca. / **Aparteando Leonardo Pinheiro Dutra:** — Registra que a Comissão de Agricultura recebeu o cronograma da Prefeitura, onde constava que o serviço de Soturno seria o terceiro a ser feito; porém, o distrito acabou sendo o oitavo ou o nono a ser atendido. / **Aparteando Paulo Sérgio de Almeida:** — Enfatiza que fica satisfeito em saber que algumas comunidades estão sendo atendidas e comenta que a sua ironia é com relação ao Secretário Paulo Miranda, que promete tudo, mas não faz nada ou faz o serviço de acordo com o próprio interesse. / **Aparteando Leonardo Cleiton Camargo:** — Ressalta que o pior é quando o secretário vai ao local, conversa com os moradores e promete que fará o serviço, mas não volta depois. / **Paulo Grola:** — Então, diz que deveriam convidar o secretário para comparecer à Câmara e explicar sobre isso. / **Aparteando Delandi Pereira Macedo:** — Informa que Cachoeiro tem direito a dois mil metros cúbicos de revsol por mês, quantidade essa que dá para fazer, no máximo, um quilômetro de estrada. Comunica que em Soturno há cinco quilômetros para serem feitos, cujo serviço vai levar cinco meses. / **Paulo Grola:** — Registra que será feito o trabalho em Pantanal, no Buraco do Sapo e no Delvice Lote; em seguida, as máquinas irão para as comunidades do Vereador Paulinho e, depois, voltarão para fazer os outros cinco quilômetros de estradas de Soturno. / **Aparteando Leonardo Pinheiro Dutra:** — Salienta que o desejo da comunidade é que sejam feitos os cinco quilômetros, mas são estradas de quatrocentos, quinhentos e seiscentos metros. / **Aparteando Sebastião Ary Corrêa:** — Diz que o problema é que os vereadores agradecem muito por uma coisa que é obrigação da Prefeitura fazer. Frisa que não entende por que a Secretaria de Agricultura faz patrolamento e tem depósito de revsol. / **Paulo Grola:** — Diz que agradece quando o trabalho é feito. / **Osmar Francisco:** — Comenta que o Bairro Zumbi é muito grande e precisa de uma ambulância no posto de saúde. Inclusive diz que vai conversar com o secretário a respeito disso e acredita que o problema será resolvido. Sugere aos vereadores que se



unam para solicitar que a central de atendimento do SAMU seja em Cachoeiro. / **Aparteando Delandi Pereira Macedo:** — Ressalta que o SAMU atende todas as demandas da Região Sul do Estado e, infelizmente, deixa a desejar em certas ocasiões. Reconhece que o Bairro Zumbi, que é muito grande, merece ter uma ambulância. / **Osmar Francisco:** — Informa que vai prestar uma homenagem ao Rincón. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Registra que o Luiz Cláudio, conhecido como Rincón, foi jogador do Estrela do Norte e atuava como cabeça de área. / **Osmar Francisco:** — Passa a palavra a seu homenageado. / **Luiz Cláudio Ferreira dos Santos:** — Agradece ao Vereador Chupeta, que é seu tio, pela homenagem e por fazer um belo trabalho junto ao setor de saúde em Cachoeiro. Agradece ainda ao Vereador Sandro pelo trabalho que realiza com crianças e pessoas carentes. Diz que é preciso olhar pelas crianças, inclusive comenta que a maioria das medalhas do Brasil nas Olimpíadas foi conquistada por atletas de projetos sociais. / A seguir, o Vereador Osmar Francisco fez a entrega da “Comenda Leopoldino Fonseca – Dino Fonseca” ao Sr. Luiz Cláudio Ferreira dos Santos. / **Brás Zagotto:** — Lamenta o falecimento da Sra. Viviane, que trabalhava na área da educação e tinha três filhos autistas. Conta que ela foi encontrada morta dentro de casa e seu corpo foi enviado a Vitória para autópsia. Comenta que a Viviane era separada do marido e que a Sâmia, a Vânia, a Patrícia e a Eloísa, da Prefeitura, foram fundamentais na vida dela e, agora, serão na vida das três crianças. Segue lembrando que conheceu o Manato através do Vereador Maitan, quando deixou o PTB e foi para o Partido Solidariedade. Registra que o Deputado Manato cumpre tudo o que promete e atende ao telefone a qualquer hora. Salienta que, nas eleições anteriores, o Manato ia disputar uma vaga para deputado federal, mas, como havia um acordo, foi necessária a candidatura dele ao Governo do Estado. Recorda que o Manato foi eleito deputado federal por quatro vezes e que, na época, nunca faltou a uma sessão da Câmara. Fala sobre a visita que fez ao Manato, em Brasília, na qual não utilizou dinheiro da Câmara, e sim do próprio bolso, inclusive menciona que todas as vezes que precisou do referido deputado foi atendido. Relata que sempre teve o sonho de ver a construção de uma passarela ligando a ponte de ferro ao Detran, local onde passam, por dia, mais de dez mil pessoas. Destaca que o Manato propôs várias emendas para Cachoeiro, como uma, no valor de 300 mil reais, para a construção dessa passarela, mas o recurso foi perdido, porque a Prefeitura fez um projeto da obra no valor de 1 milhão de reais e não tinha como dar a contrapartida. Cita que a ambulância do Distrito de Burarama foi comprada com verba de emenda proposta pelo Manato, no valor de 100 mil reais, sendo que ele também enviou recursos para a Santa Casa, Hospital Evangélico e Hospital Infantil. Ressalta que a Prefeitura adquiriu, através de uma emenda do Luciano Machado, um carro prancha para carregar as máquinas pequenas. Informa que o Manato também fez uma emenda para Cachoeiro, no valor de 250 mil reais, na época do ex-secretário Robertson Valadão, para a compra de um caminhão maior para transportar outros veículos, como pá carregadeira e patrol. Diz que o Manato ainda fez uma emenda de 300 mil reais para a obra da Rua Vanderlei Maurício de Oliveira, no Bairro Alto Vila Rica. Lembra que, quando solicitou ao Manato a emenda para a passarela, também reivindicou uma, no valor de 300 mil reais, a pedido do saudoso Silvinho Coelho, para a construção de uma quadra poliesportiva em Conduru. Registra que, agora, a obra do Silvinho está sendo feita, mas a emenda dele, Brás, foi perdida. Então, conta que o Manato é uma pessoa boa e merece todo o seu respeito, mas deixa claro que isso não significa que irá apoiá-lo na próxima eleição, já que, atualmente, o seu partido, o PV, é ligado ao PSB, do Renato Casagrande. Inclusive menciona que o seu partido tem uma secretaria no Estado, que é a de Meio Ambiente, comandada pelo Fabrício. Comunica que propôs um projeto de lei, o qual recebeu parecer da procuradoria pela inconstitucionalidade; por isso, apresentou um recurso à Comissão de Constituição. / **Aparteando José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Avisa que o recurso do Vereador Brás ainda não foi analisado pela CCJR. / **Brás Zagotto:** — Analisa que o rotativo não deve ser cobrado em algumas



situações, principalmente do pessoal que faz hemodiálise. Salienta que o ex-vereador Amaral lhe disse que está fazendo hemodiálise e que sempre multam as pessoas que estacionam seus carros próximos ao hospital para fazer esse tratamento. Comenta que são quinze minutos de tolerância no rotativo, mas, muitas vezes, o funcionário da empresa acaba multando as pessoas de imediato. Assim, diz que o seu projeto visa dar um prazo de vinte e quatro horas para as pessoas quitarem o valor referente ao tempo em que os veículos ficaram estacionados, antes que sejam multadas. Fala sobre como esse projeto será bom para os motoristas e pede aos colegas vereadores que o apoiem.

/ **Aparteando Sebastião Ary Corrêa:** — Informa que, segundo a lei do rotativo, é proibida a demarcação de vagas próximas a hospitais e locais de emergência, mas isso não está sendo respeitado em Cachoeiro. Pede aos vereadores que assinem um documento exigindo do secretário uma atitude em relação a isso, pois a empresa que administra o rotativo ainda está fazendo com que os agentes de trânsito cometam erros na hora de multar os veículos. Enfatiza que o projeto do colega Brás é muito bom e, por isso, registra o seu apoio. / **Brás Zagotto:** — Anuncia que vai falar com o Alex, da Secretaria de Trânsito, pois, se isso está previsto em lei, não deveria ser feita a cobrança do rotativo. / **Aparteando Leonardo Cleiton Camargo:** — Comenta que um amigo foi doar sangue e acabou recebendo uma multa por ter ultrapassado os quinze minutos de tolerância no rotativo. Lembra que, antigamente, os doadores de sangue tinham privilégios na cidade, mas hoje são multados. / **Aparteando Diogo Pereira Lube:** — Concorda com o projeto do colega Brás e se coloca à disposição para contribuir de alguma forma. Registra que há um aplicativo do estacionamento rotativo que precisa ser adaptado às mudanças, inclusive cita, como exemplo, o limite de recarga; então, diz que, se o projeto do Vereador Brás for aprovado, esse software precisará passar por algumas alterações. / **Aparteando Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Conta que, desde 2017, acompanhou a luta da saudosa Viviane com seus três filhos autistas. Registra que a SEMDES ajudou no traslado do corpo da Viviane para Vitória. / Dando continuidade, passou-se ao **Horário das Lideranças.** / **Gutemberg Evangelista Guedes (Tempo cedido pelo líder do Podemos):** — Cumprimenta a todos e diz que é uma honra poder defender na Câmara o nome do Mestre João Tobogã, que foi um dos precursores da capoeira em Cachoeiro e no Estado do Espírito Santo, já que ele, com os Mestres João Gervásio e José Geraldo, além do Professor Paineiras, construiu o Projeto Capoeira Filhos da Princesa do Sul. Destaca que a Câmara sempre acolheu os movimentos sociais, inclusive lembra que, no ano passado, o então Vereador Marvila, atendendo a pedidos, apresentou um projeto criando o Dia do Capoeira para ressaltar a importância desse esporte de inclusão social. Conta que, por meio do Mestre João Tobogã, vieram os Mestres Aílton, Paulinho, Valmir, Russo, Bulldog e Falcão, que tiveram suas origens dentro do Princesa do Sul, cujo grupo tem ramificação em Pernambuco, Fortaleza, no Chile, em bairros e distritos de Cachoeiro, em Vila Velha e em Cariacica. Então, ressalta que homenagear o Mestre Tobogã é homenagear todo o contexto histórico da capoeira no Espírito Santo. Pede aos vereadores que ajudem a criar a Comenda Mestre João Tobogã, num reconhecimento a sua trajetória. / **Alexandre Andreza Macedo, levantando questão de ordem:** — Solicita ao presidente a inclusão do veto na pauta do dia. / **Leonardo Cleiton Camargo (Presidente em exercício):** — Acata o pedido do vereador. / **Sebastião Ary Corrêa (Patriota):** — Conta que recebeu o telefonema de uma pessoa dizendo que os vereadores não queriam assinar a CEI por ela ter sido proposta por ele, Ary Corrêa. Então, registra que assinará o pedido de CEI apresentado por qualquer colega vereador, pois não tem vaidade nenhuma nem está na Câmara para aparecer, apenas não quer deixar que esses 12 milhões de reais vão embora de Cachoeiro; porém, afirma que só vai retirar o seu pedido de abertura de comissão de inquérito após outro colega apresentar tal proposta. Frisa que a CEI não tem nada a ver com IPTU, visto que ela é para apurar as possíveis irregularidades da Empresa SQL, mas as pessoas estão misturando as coisas e confundindo a



cabeça dos outros. Pede ao presidente que o veto não seja apreciado em bloco, inclusive já antecipa que votará contra os três itens citados. / **Alexandre Andreza Macedo (Poder Executivo):** — Lembra que onze vereadores foram ao gabinete do prefeito conversar com o procurador do Município, inclusive diz que sentiu a falta do procurador da Câmara, que é um conhecedor do tema referente a essas três emendas. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Pede ao vereador que repita suas palavras, porque não entendeu muito bem. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Salienta que sentiu a falta de um representante da procuradoria da Câmara na reunião para tratar das emendas que foram propostas pelos vereadores. Destaca que foi uma surpresa para os edis ouvirem do procurador do Município que todas as emendas eram inconstitucionais. Registra que, se o procurador do Município deu parecer contrário às emendas, o procurador da Câmara deve informar aos vereadores sobre isso. Recorda que, na semana passada, os vereadores não apreciaram o veto, porque não havia parecer da procuradoria do Poder Legislativo. Então, frisa que gostaria, se possível, de saber qual é o parecer da procuradoria da Casa, já que, segundo o procurador do Município, uma coisa pode interferir na outra. Ressalta que, de acordo com o procurador do Município, se essas emendas forem mantidas, elas poderão suprimir a redução do IPTU. Deixa claro que a sua votação será pautada em cima disso, porque não pode correr o risco de retroagir na luta de abaixar o valor desse imposto. / **Aparteando Brás Zagotto (Presidente):** — Menciona que o vereador está fazendo o seu papel de líder do prefeito. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Enfatiza que não está fazendo esse papel, não. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Diz que o vereador lhe deu aparte. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Rebate dizendo que não deu aparte ao presidente, o que poderá fazer depois que finalizar a sua fala. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Então, avisa que, na hora certa, o procurador vai falar. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Deixa claro que está fazendo o seu papel como representante de Cachoeiro de Itapemirim. Menciona que, se for para o procurador dar essa informação, gostaria que o presidente não o aparteasse. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Registra que o procurador não é obrigado a responder ao vereador, pode apenas mostrar o parecer dado. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Pergunta se o procurador não pode falar sobre o parecer dele. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Responde que o presidente não acatou. Lembra que o vereador não lhe deu aparte; então, comunica que, na hora certa, vai falar. Frisa que, como presidente da Casa, deixa o procurador falar, se quiser. Informa que o parecer está pronto e será lido na hora certa. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Diz ao presidente que gostaria de saber qual foi o parecer da procuradoria da Casa justamente para confrontar com o do Município. Indaga se não tem o direito de saber disso. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Informa ao vereador que o parecer está no sistema da Casa desde quinta-feira e lembra que hoje o gabinete da presidência lhe entregou uma cópia em mãos. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Pergunta se o presidente quer entrar nesse debate. Repete que, na semana passada, os vereadores não votaram essa matéria porque a procuradoria ainda ia dar o parecer, o qual, depois, passaria pela Comissão de Constituição e Justiça. Então, comenta que o parecer chegou na quinta-feira, mas a comissão não emitiu o parecer dela. Questiona se o parecer foi dado hoje. Salienta que não procurou no sistema. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Frisa que os Poderes Executivo e Legislativo são totalmente independentes, mas harmônicos entre si, basta ver que a Câmara é parceira do governo. Então, salienta que o procurador do Município vai puxar sardinha para o lado deles e de acordo com o que vai beneficiar o Município. Deixa claro que o procurador da Câmara trabalha dentro da legalidade para dar os pareceres. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Destaca que, então, confronta com o interesse do Município. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Enfatiza que, se a matéria for inconstitucional, o procurador da Câmara dará o parecer pela inconstitucionalidade, e cada vereador votará como achar melhor. Diz ter certeza de que, desde que assumiu como presidente, está trabalhando dentro da legalidade. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior, levantando**

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



questão de ordem: — Informa que a procuradoria da Câmara só dá parecer a projetos de lei, e não a emendas. Ressalta que quem se manifesta sobre emenda de vereador é a procuradoria do Município; assim, se ela vetar, a procuradoria da Câmara não vai se manifestar sobre a matéria vetada. Acrescenta que a procuradoria da Casa só se manifesta para dizer se o trâmite do veto foi exercido de maneira correta. Cita, como exemplo, que o parecer da Comissão de Constituição e Justiça foi pelo encaminhamento regular da matéria, porque não lhe compete breçar ou não o veto, já que quem tem de derrubá-lo ou mantê-lo são os vereadores, pois o plenário é soberano. Portanto, menciona que não existe disputa entre a procuradoria da Câmara e a do Município, já que cabe aos vereadores darem a última palavra, se mantêm ou derrubam o veto. / **Diogo Pereira Lube, levantando questão de ordem:** — Diz que a procuradoria da Câmara de fato se posiciona sobre as constitucionalidades ou não dos vetos e faz um parecer inclusive robusto com ponderações favoráveis ou não aos posicionamentos referendados pelo Município, mas o parecer final dela é para o encaminhamento regular da matéria. Portanto, registra que não se pode tirar o mérito da procuradoria da Casa, que faz aferições técnicas legais e pondera sobre as posições de constitucionalidade ou não, mediante os artigos tratados, como, nesse caso dos vetos, o Código Tributário Nacional, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Constituição Federal. Frisa que, no final, a matéria tem que ser votada, sendo de fato pré-requisito dos vereadores acompanharem o veto ou não. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Ressalta que aí entra o plenário, que é soberano. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Então, deixa claro que o parecer do procurador não é definitivo e que quem tem voto são os vereadores; por isso, a Câmara é soberana. / Dando continuidade, teve início a **Ordem do Dia**, sendo acatado pelo Presidente Brás Zagotto o pedido do Vereador Ely Escarpini para que os requerimentos e os projetos de decreto legislativo fossem apreciados em bloco. / Em seguida, **foram aprovadas**, em bloco, por unanimidade dos presentes, **as seguintes matérias: Requerimentos: 119/2021 – Sebastião Ary Corrêa** (Requer que o Exmo. Sr. Desil Moreira Henrique, Secretário Municipal de Obras, lhe informe sobre a quantidade de metragem cúbica de concreto usinado usado pelo Município. Solicita também a disponibilização de cópias, capa a capa, integrais, físicas ou digitais das Empresas Coneresul/Minerasul e Ultramar Concretos, referente à compra de concreto usinado, considerando quantos metros cúbicos de concreto usinado foram contratados de 01 de janeiro de 2017 até a data deste requerimento e em quais obras foram aplicados esses materiais); **Enviando Votos de Congratulação:** 269/2021 – Alexandre Valdo Maitan; 225/2021 – Allan Albert Lourenço Ferreira; 237, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247 e 248/2021 – Delandi Pereira Macedo; 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 238, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267 e 268/2021 – Osmar Francisco; 226 e 249/2021 – Paulo Sérgio de Almeida; **Projetos de Decreto Legislativo:** 194/2021 – Alexandre Valdo Maitan; 191, 192 e 193/2021 – Allan Albert Lourenço Ferreira. / **Sebastião Ary Corrêa, levantando questão de ordem:** — Solicita ao presidente que os vetos sejam apreciados em separado. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Acata o pedido do Vereador Ary. / Na sequência, foi colocado **em discussão o Veto Parcial 03/2021 ao Projeto de Lei 62/2021 – Poder Executivo** (Prorroga as datas de vencimento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU – e da Taxa de Coleta e Destinação de Resíduos Sólidos – TCDRS – relativamente ao exercício fiscal de 2021, concede descontos, e dá outras providências), **especificamente o artigo 4º**, que diz que “nos casos previstos no artigo 2º, em que o contribuinte optar por pagamento parcelado e não quitar integralmente as parcelas do IPTU de 2021, serão mantidos os benefícios concedidos por esta lei, aplicando-se sobre as parcelas em atraso o que determina o art. 7º desta lei”. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Informa que, para derrubar o veto, é preciso maioria absoluta, ou seja, dez votos. Registra que o artigo 4º fala sobre o desconto para o contribuinte que for parcelar o IPTU, sendo que, com o veto, quem não conseguir pagar terá o



valor do imposto cheio novamente, sem o desconto. Lembra que a emenda garantia o mesmo desconto para os contribuintes que parcelassem e não conseguissem pagar. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Diz que o governo fez um malabarismo para justificar o veto às emendas propostas pelos vereadores. Destaca que o prefeito vetou o desconto para quem não conseguir pagar todas as parcelas, sob a alegação de que estaria tratando os contribuintes de maneira desigual. Frisa que é preciso considerar que o aumento do IPTU foi muito alto e que o contribuinte terá que pagar isso em apenas três vezes: outubro, novembro e dezembro. Comenta que, se fosse parcelado em doze meses, poderiam até dar essa justificativa, mas apenas em três dará um valor muito alto nas parcelas. Menciona que, se a pessoa não conseguir pagar uma parcela, no ano que vem, ela terá que pagar praticamente o valor de todo o IPTU por conta do aumento. Alerta que o momento ainda é de crise, com muitas pessoas desempregadas; então, avalia que manter esse veto é condenar principalmente as pessoas pobres. Ressalta que o segundo veto é sobre a emenda que garante o desconto para os próximos anos, mas o prefeito disse que isso é uma tentativa de dar isenção, de diminuir o imposto de maneira indireta; assim, se isso for aprovado, ele terá que criar novos impostos ou aumentar os já existentes. Enfatiza que isso é uma mentira descarada do prefeito. Salienta que esse valor mais alto do IPTU não estava previsto no orçamento ou, se estava, o prefeito cometeu um crime, já que não avisou a população desse aumento, não respeitando, portanto, o princípio da publicidade. Conta que o prefeito vetou também a emenda que trata de isenção da taxa de lixo sobre garagens, dizendo que seria tratar os contribuintes de maneira desigual, o que afirma ser mentira. Pergunta como cobrar taxa de lixo de garagem, se esse ambiente faz parte da casa e não produz lixo. Cita que o prefeito destacou que o contribuinte da taxa de lixo é quem possui um imóvel; então, diz que, a seu ver, não se pode cobrar duas taxas em cima do mesmo imóvel. Registra que o PL entende que esses vetos são uma tentativa de aumentar a arrecadação para o governo e, por isso, encaminha o pedido para a derrubada dos mesmos. / **Diogo Pereira Lube:** — Classifica esse projeto de lei como uma aberração e diz que a Secretaria de Fazenda e a Prefeitura são as únicas culpadas disso. Avalia que fizeram tudo errado nesse processo de recadastramento, já que não cumpriram o princípio de publicidade, além desse ter sido um trabalho aparentemente malfeito e sem transparência. Destaca que o prefeito, na figura do secretário de Fazenda, assumiu o erro e mandou para a Câmara outro “Frankenstein”. Lembra que os vereadores, na tentativa de corrigir o erro que foi esse processo de recadastramento, apresentaram as emendas, as quais não passaram pela procuradoria da Câmara, com o objetivo de melhorar a situação de Cachoeiro; entretanto, alerta que, infelizmente, existem leis e códigos que estão além das vontades pessoais dos edis. Recorda que foi aprovado um projeto na Câmara contra um decreto estadual, o que era inconstitucional, e até hoje essa lei está na presidência sem ser promulgada, porque o Tribunal de Contas alertou que serão 200 mil reais de multa ao dia. Pergunta se os vereadores, depois de terem conseguido um desconto de 90% para a população, querem correr o risco de isso acabar numa ADIN e cair por terra essa redução. Deixa claro que não está defendendo o Poder Executivo, basta ver que o Tribunal de Contas e o Ministério Público receberam o relatório da comissão para apurarem as possíveis irregularidades nesse recadastramento. Salienta que algumas pessoas podem alegar que a ADIN vai demorar, mas lembra que o ex-presidente Lula foi julgado em tempo recorde. Analisa que as pessoas querem espetacularizar a política e jogar para a galera algo que é inconstitucional. Frisa que considera as procuradorias do Município e da Câmara muito importantes, pois elas dão dicas das fagulhas constitucionais antes de ser sancionada ou não uma lei. Comenta que há em Cachoeiro leis inconstitucionais que vigoram até hoje, porque o Ministério Público não teve coragem de entrar com uma ADIN; porém, existem outras que rapidamente o MP entrou com ação de inconstitucionalidade, pois parece que esse órgão tem vontade política e faz o que quer. Indaga se

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



os vereadores vão deixar a população correr o risco de não ter esse desconto. Informa que a responsabilidade dos vereadores é consertar as “cagadas” do Poder Executivo Municipal, e não jogar outra “cagada” no colo da população. Recorda que tomou “porrada” por ter sido o único vereador a votar contra aquele projeto referente ao decreto estadual e garante que não vai ficar contra a Constituição, para que, amanhã ou depois, o nome da Câmara não seja ridicularizado pela sociedade, quando ela perder um direito adquirido. Enfatiza que votará sempre dentro da legalidade e que mostrará à população que é preciso fazer o que é correto. Avalia que é preciso buscar harmonia entre os Poderes e propor um projeto sério e transparente, que venha corrigir a Planta Genérica de Valores, a qual será aplicada no ano que vem, e, assim, ser concedido um desconto escalonado dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal e da previsão orçamentária. Ressalta que os vereadores estão sendo penalizados pelos erros do Poder Executivo, na figura da Secretaria de Fazenda. Frisa que não está na Câmara para passar a mão na cabeça do prefeito nem do secretário, mas também não pode votar contra a legalidade; portanto, deixa claro que respeita o parecer da procuradoria e o posicionamento dos colegas, mas afirma que o seu voto será sempre pela constitucionalidade. / **Sebastião Ary Corrêa:** — Analisa que, entre outras palavras, o colega Diogo Lube disse que o secretário de Fazenda é incompetente, porque está acostumado a mandar porcarias para a Câmara e os vereadores aceitarem; porém, avisa que o Legislativo Cachoeirense está mudando e vendo as coisas de um ângulo diferente. Ressalta que a Prefeitura tem secretário incompetente por causa da política, do toma lá dá cá; assim, vem esse pessoal de fora, que não conhece a topografia de Cachoeiro, e faz o que quer, a seu bel-prazer, ignorando a Câmara Municipal e os vereadores que amam a cidade. Lembra que por diversas vezes disse que alguns secretários da Prefeitura não respeitam a Câmara e se acham superiores. Informa que os vereadores são os fiscais; os secretários, os fiscalizados. Alerta que a Câmara tem o poder de cassar e de prender, pois é uma Casa fiscalizadora. Então, diz que os vereadores não podem deixar que um secretário, que veio do inferno, faça o que quiser em Cachoeiro, sem respeitar a Câmara Municipal. Menciona que, a seu ver, todos os vereadores estão empenhados em derrubar esse veto medíocre, pois ficou combinado que seria dado o desconto, mas, depois, o prefeito não cumpriu o acordo, o que considera outra canalhice, porque a palavra de um homem não pode voltar atrás. Registra que não está nem aí se quiserem fazer uma ADIN, pois quer que respeitem o suor dos trabalhadores de Cachoeiro, que, agora, têm que pagar esse absurdo de imposto e, no ano que vem, outro absurdo. Parabêniza a todos os colegas, principalmente o Presidente Brás Zagotto, que é democrático e tem conduzido a Câmara com liberdade para que cada vereador faça o que achar melhor. Conta que votou no Presidente Brás e cobrará dele tudo o que estiver ao contrário do que foi combinado, porque é um fiscal do povo e da Câmara. Frisa que o secretário fez uma aberração, pois falou o que quis e ignorou os vereadores, achando que todos eram analfabetos. Comenta que parece que em Cachoeiro não há pessoas competentes para trabalhar na Prefeitura, já que o governador manda o pessoal dele para tomar conta do Município; por isso, acha que o prefeito é mais uma vítima nas mãos desse povo. Enfatiza que fará o seu papel fiscalizador, doa a quem doer, pois tem a consciência tranquila de estar fazendo o que é certo para o povo cachoeirense. Saliencia que é preciso acabar com esse negócio de secretário querer ser superior a vereador por se achar dono da Prefeitura. Diz considerar uma vergonha essa porcaria feita pelo secretário de Fazenda, que tentou enganar os vereadores dizendo que não poderia recuar, mas recuou. Portanto, avalia que esse secretário é um homem incompetente. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior, levantando questão de ordem:** — Ressalta que o Regimento é claro e que os vereadores têm que dar a palavra final sobre o veto. Então, diz que, se os vereadores ficarem com medo de ADIN, será muito fácil para o prefeito. / **Diogo Pereira Lube:** — Registra que conceder a palavra na hora da discussão não permite que o Regimento da Casa seja cumprido. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Informa ao



Vereador Júnior que o colega tem direito a uma discussão da matéria e, depois que ela for votada, pode justificar o voto. / **Marcelo Fávero de Oliveira:** — Diz que é preciso saber qual caminho dará solução imediata para o povo e qual vai gerar mais transtorno. Avalia que manter o veto e garantir os descontos é o melhor caminho agora para o bolso da população. Lembra que derrubar o veto pode provocar uma ADIN e criar um problema jurídico, causando até a perda desse desconto. Então, registra que, para apresentar resultado agora à população, é preciso garantir os descontos para que ela não sinta o impacto disso no bolso este ano. Destaca que, antes de ser lançado algo no ano seguinte, deve ser usada uma plataforma de testes e até ser feito um projeto para corrigir a Planta Genérica, sendo esse o caminho mais salutar para dar resultados que beneficiem a população. Reconhece que cada vereador tem a sua forma de pensar, mas acha que é preciso ser constitucional, e, infelizmente, essas três emendas não são. Frisa que é preciso garantir os descontos e confiar na palavra do Poder Executivo de que não lançará nada, sem antes usar uma plataforma de testes. Analisa que o grande erro do secretário de Fazenda foi não ter feito essa plataforma para ver a diferença do antes e do depois. / **Delandi Pereira Macedo:** — Informa que está sendo tratado um imposto municipal, que é o IPTU, que deve ser cobrado dentro do ano de vigência, ou seja, esse é o de 2021; portanto, o parcelamento dele não pode ser estendido até 2022. Concorde que a forma de aplicação do cálculo do IPTU para este ano foi inadequada, até mesmo por conta da pandemia, sendo que aumentou exacerbadamente o valor desse imposto para um grupo de cerca de vinte mil a vinte e cinco mil imóveis. Deixa claro que a Câmara Municipal não é responsável por esse aumento do IPTU, pois quem fez os cálculos e todas as atribuições para o cadastramento foi a Prefeitura; então, diz que, assim que os vereadores ouviram o clamor do povo, solicitaram a revisão imediata ou o cancelamento dessa cobrança. Destaca que os vereadores alcançaram sucesso em parte dessa solicitação, porque conseguiram, por meio de debates, de indicações ao prefeito e de conversas junto ao Tribunal de Contas, que o Poder Executivo recuasse. Registra que a Prefeitura não podia cancelar o cadastramento, e sim dar um desconto para os contribuintes na vigência de 2021, o que não pode ser aplicado nos anos posteriores. Lembra que o prefeito apresentou a proposta de desconto de 80%, e os vereadores buscaram outras soluções, conseguindo, através de emenda, dar 90% de desconto para o pagamento em cota única e 85% para o parcelado em três vezes, considerando que a primeira seria em outubro; portanto, só poderia ir até dezembro. Repete que o pagamento de IPTU de 2021 tem que ser dentro do ano de vigência dele, não pode ser estendido para janeiro de 2022. Ressalta que, a partir daí, os vereadores tentaram buscar outros meios para resolver a situação da taxa de lixo, que estava sendo cobrada da residência e da garagem que fazia parte do mesmo imóvel; no entanto, na hora de prepararem a emenda, os vereadores, talvez no afã de quererem dar prosseguimento para o próximo ano de vigência do IPTU, colocaram que o mesmo benefício de 2021 fosse dado também no ano seguinte, o que não poderiam ter feito e, por isso, foi vetado pelo chefe do Executivo. Saliencia que os vereadores não poderiam legislar para os próximos anos. Inclusive comenta que já existe uma discussão prévia para que, dentro do que cabe aos Poderes Legislativo e Executivo, esses benefícios possam avançar, de maneira a que no ano que vem não precisem fazer os mesmos debates. Assim, diz esperar que, no início do ano, consigam atender essa questão do IPTU, que os vereadores já queriam adiantar nessas emendas, as quais de fato o prefeito deveria ter vetado. Enfatiza que votar pela manutenção do veto não significa que não continuará na briga em favor do povo no que diz respeito ao IPTU. Fala da importância de dar legalidade ao que cabe aos vereadores, que não podem ultrapassar seus limites e fazer o que é atribuição do Poder Executivo. Avalia que, ao tentar convencer os colegas de que é preciso fazer com que o Poder Executivo acate uma ilegalidade aprovada pela Câmara, está sendo promiscuo no sentido da lei e da atribuição de cada Poder. Menciona que a Câmara tem trabalhado diuturnamente para atender a população dentro da legalidade. Então, pede aos colegas que sempre



seja mantida a harmonia em defesa do povo. / **Paulo Sérgio de Almeida:** — Lembra que já houve na Câmara discussões afluídas quanto à isenção para templos religiosos e também sobre a redução de alíquota de ISS para empresas prestadoras de serviço de alto padrão na cidade, como a Unimed, e isso foi aprovado. Diz que hoje os vereadores estão discutindo uma forma para que o pobre consiga pagar o IPTU. Cita, como exemplo, a situação do “Sr. João”, que recebeu o carnê de IPTU de 2021 no valor de 1 mil 220 reais, sendo que 120 reais se referem à taxa de lixo; então, o imposto dele é 1 mil e 100 reais. Registra que, em 2020, o Sr. João pagou 100 reais de IPTU; portanto, a diferença de um ano para o outro foi de 1 mil reais. Salienta que a Prefeitura, boazinha, vai dar 85% de desconto em cima desses 1 mil reais, ficando, então, 150 reais para esse contribuinte pagar, e ele, que é pobre, divide esse valor em três parcelas de 50 reais, mas, depois, não consegue pagar a segunda. Frisa que, aí, os 100 reais restantes voltam para 950 reais e, no ano que vem, entrará na Dívida Ativa, e o pobre será protestado, aumentando nesse valor mais 350, 400 reais para tirar o nome dele do cartório, o que vai virar uma bola de neve. Ressalta que alguns dizem que isso é inconstitucional, mas acha que os vereadores devem lutar pelos pobres. / Posto em votação, o **Veto ao artigo 4º**, acima descrito, **foi mantido** por nove votos contra oito do plenário. **Votaram a favor:** Alexandre Andreza Macedo, Delandi Pereira Macedo, Diogo Pereira Lube, Ely Escarpini, Evandro Miranda, Leonardo Pinheiro Dutra, Marcelo Fávero de Oliveira, Osmar Francisco e Paulo Grola; **Votaram contra:** Adriano Pereira Verediano, Alexandre Valdo Maitan, Allan Albert Lourenço Ferreira, José Carlos Corrêa Cardoso Júnior, Leonardo Cleiton Camargo, Paulo Sérgio de Almeida, Sandro Dellabella Ferreira e Sebastião Ary Corrêa. / Prosseguindo, **foi mantido**, por nove votos contra oito do plenário, o **Veto ao artigo 12**, que diz que “os benefícios concedidos nesta lei decorrentes exclusivamente da Atualização Cadastral Imobiliária serão mantidos nos exercícios fiscais seguintes”. **Votaram a favor:** Alexandre Andreza Macedo, Delandi Pereira Macedo, Diogo Pereira Lube, Ely Escarpini, Evandro Miranda, Leonardo Pinheiro Dutra, Marcelo Fávero de Oliveira, Osmar Francisco e Paulo Grola; **Votaram contra:** Adriano Pereira Verediano, Alexandre Valdo Maitan, Allan Albert Lourenço Ferreira, José Carlos Corrêa Cardoso Júnior, Leonardo Cleiton Camargo, Paulo Sérgio de Almeida, Sandro Dellabella Ferreira e Sebastião Ary Corrêa. / A seguir, **foi mantido**, por oito votos contra nove do plenário, o **Veto ao artigo 13**, que diz que “não incidirá a Taxa de Coleta e Destinação Final de Resíduos Sólidos sobre os imóveis não edificados (terrenos), bem como nas garagens com inscrição fiscal autônoma”. **Votaram a favor:** Delandi Pereira Macedo, Diogo Pereira Lube, Ely Escarpini, Evandro Miranda, Leonardo Pinheiro Dutra, Marcelo Fávero de Oliveira, Osmar Francisco e Paulo Grola; **Votaram contra:** Adriano Pereira Verediano, Alexandre Andreza Macedo, Alexandre Valdo Maitan, Allan Albert Lourenço Ferreira, José Carlos Corrêa Cardoso Júnior, Leonardo Cleiton Camargo, Paulo Sérgio de Almeida, Sandro Dellabella Ferreira e Sebastião Ary Corrêa. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Diz ao presidente que gostaria de corrigir seu voto. Lembra que já fez isso antes, pois o Regimento da Casa permite o retorno do voto. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Registra que o procurador é quem vai dizer se isso é constitucional ou não. / **Pedro Henrique Ferreira Vassalo Reis:** — Lembra que a votação vinha ocorrendo sem nenhuma dúvida; então, não é possível retratar o voto. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Afirma que o voto já foi retratado na Casa várias vezes, inclusive o dele. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Diz que o Vereador Alexandre Andreza usou a tribuna da Casa e lutou pela constitucionalidade do projeto; então, não acatará esse pedido, pois vai trabalhar com o procurador. / **Seguem justificativas de voto:** / **Alexandre Andreza Macedo:** — Deixa claro que o seu voto seria “sim” para manter o veto do prefeito. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Diz ao Vereador Alexandre de Itaoca que não deixou o procurador se manifestar, porque achou que, naquele momento, o colega queria expor um funcionário novato. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Enfatiza que não quis expor o Procurador Alex, por quem tem

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



muito respeito, apenas queria que ele dissesse qual era o parecer dado ao veto. Registra que também tem muito respeito pelo Presidente Brás. Diz saber que Alex fará um belíssimo trabalho na Câmara, pois o conhece há anos. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Repete que só quis defender um companheiro de trabalho. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Destaca que já vinha defendendo que a emenda fosse mantida. Diz que é muito fácil acusar alguns vereadores de fazerem politicagem enquanto há parlamentar que, após uma votação, fica uma semana aproveitando o seu voto na imprensa marrom, que é paga pelo governo. Menciona que já viu que há parlamentar que gosta de acusar alguns colegas de muitas coisas, mas, na hora do “vamos ver”, acaba voltando atrás. Então, enfatiza que manteve a sua palavra e votou a favor das emendas dos vereadores. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Registra que não votou contra o governo, e sim a favor do que achou certo, já que as emendas foram feitas pelos vereadores e aprovadas por unanimidade do plenário. Lembra que falaram sobre o projeto para abrir o comércio em plena pandemia, o qual só recebeu o voto contrário do colega Diogo Lube. Então, diz que, antes de fazer uma emenda ou projeto, é preciso pensar bem para não causar essa celeuma na Câmara, pois todos os vereadores querem o melhor para Cachoeiro; portanto, a Casa não pode ser uma disputa de queda braços, já que todos têm um só objetivo. Considera contraditório assinar uma emenda e, depois, dizer que ela é inconstitucional. Comenta que, se o veto tivesse sido derrubado, o prefeito teria todo o direito de entrar com uma ADIN, mas repete que essa foi uma emenda dos vereadores e aprovada por eles. Avisa que vai ficar atento à Casa após essa votação e informa que continua fazendo parte da base, mas que toda ação tem uma reação, sendo preciso respeitar a opinião de cada colega. / **Marcelo Fávero de Oliveira:** — Diz acreditar que todos os vereadores têm palavra, mas reitera que há caminhos que trazem soluções para o povo; outros, problemas. Ressalta que, no dia 15/09, os contribuintes poderão ver o resultado dessa votação ao imprimirem seus boletos de IPTU. Dirige-se ao prefeito e aos secretários de Fazenda e de Governo, dizendo que os vereadores estão confiando na palavra deles de que os próximos lançamentos serão vigiados e orientados para que a população não receba nenhum valor exorbitante. Lembra que o chefe do Executivo foi eleito legitimamente para governar a cidade por quatro anos; então, é preciso trilhar um caminho que traga harmonia e resultados para a população. Registra que, por mais que os vereadores tenham tido boa vontade, seus assessores advogados não são especialistas em direito tributário; assim, ter palavra é também reconhecer que houve erro nessas emendas apresentadas pelos vereadores e voltar atrás, para buscar a solução, sendo que os vereadores vão trabalhar com o Poder Executivo para que, nos próximos anos, isso não aconteça novamente. / **Sebastião Ary Corrêa:** — Justifica o seu voto, dizendo que votou “não” em respeito ao sacrifício que cada vereador fez até em suas horas de lazer para poder defender o povo cachoeirense. Avalia que seria incoerente de sua parte votar a favor do veto, o qual considera escandaloso e uma falta de respeito, já que o governo não está nem aí para os vereadores, basta ver que acabou com aquele trato feito na sala do Presidente Brás, com um aperto de mão e um “pode fazer”. Então, salienta que os vereadores devem se unir e cobrar do Poder Executivo respeito para com a Câmara Municipal. Parabeniza os vereadores que votaram contra o veto, pois acha incoerente terem feito a emenda e, agora, votarem contra si mesmos. / **Diogo Pereira Lube:** — Diz que há um bando de pessoas por aí que fazem parte de uma mídia marrom que gosta de espetacularizar tudo que expõe a figura dos vereadores, sendo que as mesmas pessoas que usaram de fake news e das redes sociais estão pedindo voto auditável, voto impresso. Registra que, desde que foi eleito vereador, é cobrado por uma base que quer que ele vote pela constitucionalidade, independentemente de ser a favor ou contra o Poder Executivo Municipal. Frisa que o grande vilão por tudo o que está acontecendo hoje é o Executivo, na figura do secretário de Fazenda, que criou toda essa tempestade e desarmonia entre os Poderes. Também se posiciona contra a forma como a Planta Genérica de



Valores foi proposta. Inclusive coloca-se à disposição para que possam aferir juntos um projeto de lei que de fato seja concernente ao que a população merece. Analisa que o debate não vai acabar hoje, pois os vereadores vão tentar resolver os problemas dos próximos anos. Informa que o artigo 14 da Lei de Incentivo Fiscal diz que, para diminuir uma taxa ou isentar, é preciso criar outra. Então, pergunta se outra taxa foi criada dentro da emenda proposta com a maior boa vontade pelos vereadores. Indaga se a população de Cachoeiro quer uma nova taxa. Lembra que o artigo 150 da Constituição fala do tratamento desigual aos indivíduos, dando benefícios a uns e a outros não. Destaca que, quando se dá desconto para aquele que não pagou em dia, acaba punindo quem pagou. Registra que o artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal fala sobre renúncia de receita. Deixa claro que não está defendendo o Poder Executivo Municipal, e sim o seu posicionamento com seus eleitores e sua base, que esperam que ele siga o que é constitucional. Diz que votou contra a sua própria vontade, pois queria o melhor para Cachoeiro quando concordou com essas emendas, mas nem sempre o que se quer pode ser feito. Então, ressalta que o que os vereadores podem fazer é continuar lutando e fiscalizando dentro das características legais, pois o resto é politicagem mesmo. Diz saber que, daqui a pouco, as redes sociais vão dizer que os vereadores estão no colo do prefeito e fazendo o que ele quer. Comenta que já divulgaram que ele foi convidado para ser secretário de Cultura e até de Educação, o que não é verdade, aliás, frisa que nem quer isso, pois foi eleito para ser vereador. Enfatiza que tem sua convicção de voto, o que agrada a uns e desagrada a outros, mas que, como diria Nelson Rodrigues, toda unanimidade é burra. Salienta que todo voto tem que ser respeitado, pois os vereadores querem o melhor para Cachoeiro, dentro da constitucionalidade e da legalidade. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Avisa que, de acordo com o artigo 87 do Regimento Interno, são até dois minutos para justificativa de voto. / **Alexandre Valdo Maitan:** — Diz respeitar o voto de todos os colegas, mas aplaude de pé os Vereadores Paulo Sérgio, Allan, Sandro e Adriano. Registra que os quatro vereadores que assinaram a comissão especial de inquérito já estão sofrendo retaliações por parte do governo, e esses corajosos colegas que votaram contra o veto vêm sofrendo, desde a semana passada, assédio de todas as formas possíveis. Ressalta que é preciso sete assinaturas para abrir a CEI e que só faltam três. Salienta que este governo covarde vai continuar tentando intimidar os vereadores que votaram contra o veto, mas ele deve saber que os colegas, com apenas uma assinatura, podem abrir um processo contra o prefeito. Pede aos quatro colegas que guardem esse trunfo na manga, pois uma assinatura deles investiga o prefeito, que disse que jamais foi processado pelo Ministério Público. Menciona que a Câmara deve abrir uma comissão especial de inquérito para investigar esse prefeito, que “cagou” na cabeça da população de Cachoeiro com esse IPTU. / A seguir, a pedido do Presidente Brás Zagotto, o Secretário Diogo Pereira Lube fez a leitura do documento protocolado pelo Vereador Allan Ferreira, renunciando ao cargo de ouvidor legislativo. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Diz que geralmente os cargos da Ouvidoria são indicações dos ouvidores. Informa que a menina que está trabalhando na Ouvidoria é uma indicação do Vereador Leonardo Camargo; então, acha que nada mais justo que ele ser o ouvidor legislativo. Frisa que não tem nada a reclamar dessa servidora, pois ela está fazendo um trabalho muito bom. Deseja felicidades ao próximo ouvidor. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Respeita a fala do vereador, mas lembra que nomeou o Rodrigo Sandi a pedido do colega. Comunica que será feita uma nova eleição, inclusive pergunta se algum colega quer ser o ouvidor. Como o Vereador Marcelinho Fávero abriu mão de se candidatar ao cargo, coloca em votação o nome do colega Alexandre Andreza para ser o novo ouvidor legislativo. / Posto em votação, **o Vereador Alexandre Andreza Macedo foi eleito**, por quatorze votos a favor, registrada a abstenção do Vereador José Carlos Corrêa Cardoso Júnior, **Ouvidor Legislativo. Votaram a favor:** Adriano Pereira Verediano, Alexandre Andreza Macedo, Allan Albert Lourenço Ferreira, Delandi Pereira Macedo, Diogo Pereira Lube, Ely Escarpini, Evandro Miranda, Leonardo



Cleiton Camargo, Leonardo Pinheiro Dutra, Marcelo Fávero de Oliveira, Osmar Francisco, Paulo Grola, Paulo Sérgio de Almeida e Sebastião Ary Corrêa. / *Em tempo, registra-se que, devido a falhas no sistema audiovisual, não constam da presente ata algumas falas dos vereadores e também dos convidados.* / E nada mais a ser tratado, foi encerrada a presente Reunião, lavrada e assinada por Ana Rita Sanches Rodrigues Silva, Redatora de Atas.